

LTDA-EPP, CNPJ nº 86.744.539/0001-70, em observância as circunstâncias previstas no art. 160 da Lei Estadual nº 15.608/2007 a penalidade de: a) Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de Contratar com a Administração, pelo prazo de 06 (seis) meses, nos termos do art. 150, inc. III c/c art. 154, inc. IV. b) MULTA de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, o que totaliza R\$ 2.751,98 (dois mil setecentos e cinquenta e um reais e noventa e oito centavos), conforme previsão legal e contratual. PUBLIQUE-SE e encaminhe-se ao Órgão de origem para ciência da empresa e interessados, bem como demais providências cabíveis, inclusive registro da penalidade no GMS e observância da regra prevista no art. 158 da Lei Estadual nº 15.608/2007. Em, 01/08/19" (Enc. proc. à SEED, em 01/08/19).

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

13.913.542-3/16 - "De acordo com os elementos de instrução constantes no PROTOCOLADO n.º 13.913.542-3, aliado a relevância da ação administrativa apresentada, e observadas às recomendações da Procuradoria Geral do Estado, **AUTORIZO**, nos termos do art. 87, XVIII da Constituição Estadual; art. 1º, inc. VI, do Decreto nº 4.189/2016 c/c art. 12, inc. III, do Decreto nº 3513/2016 a formalização do 2º TERMO DE ADITIVO ao Termo de Fomento nº 015/2016, formalizado entre o ESTADO DO PARANÁ, através da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho - SEJUF e a Associação Hospitalar de Proteção à Infância Doutor Raul Carneiro - Hospital Pequeno Príncipe, cujo objeto é alterar a denominação do Órgão Estadual em decorrência da Lei Estadual nº 19.856/2019, alteração do Plano de Trabalho e a utilização dos rendimentos financeiros do referido termo. PUBLIQUE-SE e encaminhe-se à origem para as providências legais. Em, 01/08/19" (Enc. proc. à SEJUF, em 01/08/19).

15.557.873-4/19 - "De acordo com as informações constantes no protocolo nº 15.557.873-4, com base na competência prevista no art. 87, XVIII da Constituição Estadual c/c art. 1º, VI do Decreto Estadual nº 4.189/2016, aliada ao Relatório nº 865/2019 - PCG/PGE e Despacho nº 239/2019 - PC/PGE, **AUTORIZO** a formalização do 1º TERMO DE ADITIVO ao Termo de Colaboração nº 008/2017, celebrado entre a organização da sociedade civil AVIS - Associação para a Vida e Solidariedade e a então Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, cujo objeto é a convergência de esforços na continuidade do Programa Estadual de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA PARANÁ através da previsão de acréscimo de R\$ 65.849,75 (sessenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos) do repasse federal, promovendo alteração na cláusula quinta do cronograma de desembolso

do Termo de Colaboração nº 008/2017. PUBLIQUE-SE e encaminhe-se para as providências legais. Em, 01/08/19" (Enc. proc. à SEJUF, em 01/08/19).

74059/2019

DESPACHOS DO GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E CULTURA

15.653.894-9/19 - "De acordo com as informações constantes no protocolo nº 15.653.894-9, bem como o ateste da Diretora Presidente do **PALCOPARANÁ, CONVALIDO**, nos termos do art. 55 da Lei Federal nº 9.784/99 e inc. VI do art. 1º c/c §2º do Decreto nº 4.189/16, os atos praticados pelo PALCOPARANÁ durante o período de 01/01/18 a 05/11/18, em função do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, assinado em 05/12/16, entre o Estado do Paraná, por intermédio do Centro Cultural Teatro Guaíra e o Serviço Social Autônomo PALCOPARANÁ. PUBLIQUE-SE e encaminhe-se para as providências legais. Em, 01/08/19" (Enc. proc. à PALCOPARANÁ, em 01/08/19).

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

15.678.703-5/19 - "De acordo com os elementos de cognição constantes no PROTOCOLADO nº 15.678.703-5, e considerando a competência prevista no art. 157 c/c art. 162, inciso I c/c art. 4º, inciso VI, alínea "a", todos da Lei Estadual nº 15.608/2007, **AUTORIZO** a instauração de Processo Administrativo em face da empresa HOSPITAL CATARATAS Ltda., CNPJ nº 1.418.453/0001-03, visando apurar possíveis irregularidades na execução do Contrato Administrativo nº 2.111/2015 e Anexo I do Termo de Referência do procedimento licitatório Pregão Presencial Edital nº 018/2014. PUBLIQUE-SE e encaminhe-se à origem para as providências. Em, 01/08/19" (Enc. proc. à SEAP, em 01/08/19).

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

15.693.838-6/19 - "De acordo com as informações constantes no protocolo nº 15.693.838-6 e competência estabelecida no art. 1º, VI c/c art. 7º do Decreto nº 4.189/2016, **CONVALIDO**, nos termos do art. 55 da Lei Federal nº 9.784/99, o Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho e a Procuradoria Geral do Estado, objetivando a uniformização de procedimentos administrativos de gestão de pessoal e de aquisição de bens, serviços e obras públicas, sem repasse de recursos, mediante a cooperação e intercâmbio de recursos materiais e humanos entre os participantes, com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2019. PUBLIQUE-SE e encaminhe-se para as providências legais. Em, 01/18/19" (Enc. proc. à PGE, em 01/08/19).

74060/2019



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site <http://www.imprensaoficial.pr.gov.br>

Diário Oficial

Autenticação Digital

A informação é verdadeira.

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 63884419

Documento emitido em 08/08/2019 10:27:41.

Diário Oficial Executivo
Nº 10490 | 01/08/2019 | PÁG. 4

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE.

www.imprensaoficial.pr.gov.br

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO